



# IV SIMPÓSIO LUSOBRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA



## IV Simpósio Lusobrasileiro de Cartografia Histórica

Porto, 9 a 12 de Novembro de 2011

ISBN 978-972-8932-88-6

**Daniela Marzola Fialho** - [dfialho.voy@terra.com.br](mailto:dfialho.voy@terra.com.br)  
Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

### A PORTO ALEGRE DE UM CARTÓGRAFO ANÔNIMO

**RESUMO:** Data aparentemente de 1872 a sexta planta da cidade de Porto Alegre. Trata-se de uma planta sem autor identificado. Seu nome completo é Planta da Cidade de Porto Alegre. A data que consta do mapa - 07 de Janeiro de 1872 - aparece escrita a mão em cima de um desenho que tenta reproduzir um selo fiscal do Império, mas ela não se coaduna com os elementos urbanos que aparecem desenhados, e pode-se por isso contestar esta data como sendo a de feitura do mesmo. Chega-se a pensar que esta planta é anterior a quinta planta existente da cidade, a de 1868, feita por Antônio Eleuthério de Camargo. Além do desenho do selo fiscal do Império, chamam a atenção nesta planta duas inscrições: 'Concedida ao Dr. F: A.<sup>io</sup> Per<sup>ra</sup>. Rocha' e 'Concedido t aio J<sup>oão</sup>. Rocha' que, aliadas a uma letra (A) e a uma linha tracejada, indicam que o local tracejado foi concedido a alguém. Este mapa apresenta também, em seu desenho, os limites da cidade naquele período. O mapa de 1872, mesmo sendo uma cópia (o original está perdido) levanta algumas discussões importantes sobre questões de propriedade - doações, aforamento e aforamento perpétuo - e da estrutura de funcionários que assessoravam a Câmara de Vereadores e a Presidência da Província no que diz respeito à cartografia e a administração da cidade de Porto Alegre. Neste sentido, este mapa se coloca num limiar entre o mundo cartorial e o mundo cartográfico.

**PALAVRAS-CHAVE:** História Urbana, Cartografia urbana, História da Cartografia, Porto Alegre.

**ABSTRACT:** It's dated apparently from 1872 the sixth plant of the city of Porto Alegre. It is a plant with no author identified. Its full name is Plan of Porto Alegre. The date in the map - January 7, 1872 - is written by hand over a design that tries to reproduce a tax stamp of the Empire, but it does seems consistent with the urban elements that appears in its drawing, and can be, therefore, contested as the date that the map was made. One can think that this plant was made before the fifth existing plan of the city, from 1868, made by Antonio de Eleuthério de Camargo. In addition to the design of the tax stamp of the Empire, two inscriptions draw our attention on this plant: 'Granted to Dr. F: A.<sup>io</sup> Per<sup>ra</sup>. Rocha' and 'Granted to t aio J<sup>oão</sup>. Rocha' which, together with a letter (A) and a dashed line, indicates that the dashed site was granted to someone. This map also features in its design, the city limits at that time. The map of 1872, even though a copy (the original is lost) raises some important discussions on issues of property - grants, tenure and perpetual tenure - and of the structure of employees who assisted the City Council and the Presidency of the Province in respect to the cartography and to the administration of Porto Alegre. Thus, this map is placed on a threshold between the notary world and the mapping world.

**KEY WORDS:** Urban History, Urban Cartography, History of cartography, Porto Alegre.

Data aparentemente de 1872 a sexta planta da cidade de Porto Alegre. Trata-se de uma planta sem autor identificado. Seu nome completo é “Planta da Cidade de Porto Alegre” (fig.1). A data de 7 de Janeiro de 1872 aparece escrita a mão em cima de um desenho que tenta reproduzir um selo fiscal do Império.

Além do desenho do selo fiscal do Império, chamam a atenção nesta Planta duas inscrições: ‘Concedida ao Dr. F: A.<sup>io</sup> Per<sup>ra</sup>. Rocha’ e ‘Concedido t a io João. Rocha’ (fig.2) que, aliadas a uma letra (A) e a uma linha tracejada, indicam que o local tracejado foi concedido a alguém.

A presença de um selo fiscal indica que, mais que uma planta ou um mapa, o papel que o contém é um documento. As duas inscrições, seu teor e a indicação espacial que elas apontam, levam a crer que este mapa foi utilizado para demonstrar a localização de terrenos cedidos pela Presidência da Província e/ou pela Câmara de Vereadores a um cidadão. Constam dos documentos daquela época (*Correspondência Passiva da Câmara, Atas da Câmara e Documentos referentes à Construção e Melhoramentos do Município*) várias referências a doação, aforamento e aforamento perpétuo de terrenos a cidadãos.

O processo de doação, aforamento e aforamento perpétuo, pelo que se pode depreender desses documentos, começava com o requerimento de algum cidadão pedindo algum terreno devoluto ou terras consideradas de marinha. Esse requerimento era encaminhado a uma comissão de Vereadores ou ao Vereador Inspetor do Distrito onde se localizava o terreno. Após, a decisão, tomada pela Câmara, passava pela autorização do Presidente da Província. Algumas vezes, o requerimento era encaminhado diretamente ao Presidente da Província, que pedia então informações à Câmara sobre o pedido. Sendo aprovado, era expedida uma Certidão de Posse ou um Título de Concessão.

## **Os cartógrafos ‘oficiais’**

A cartografia, por vezes necessária para expedição de uma certidão de posse ou um Título de Concessão, quando foi executada deve ter sido pela estrutura de funcionários que assessoravam a Câmara de Vereadores no que diz respeito à cidade de Porto Alegre.

Essa estrutura começou com contratações de arruadores ligados diretamente à Câmara e, mais tarde, de engenheiros ligados diretamente à Câmara e/ou à Presidência da Província. De acordo com os *Termos de Vereança*, em 11 de Janeiro de 1806 foi expedida a provisão do cargo de Arruador do Conselho que foi ocupado por Agostinho de Borba<sup>1</sup>.

Em 23 e 30 de janeiro de 1808, é expedida a provisão, respectivamente, de Arruador da Vila e de Arruador Público (TOSON, 1994, p.26 e p.36), cargos novamente ocupado por Agostinho de Borba.

---

<sup>1</sup> PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Atas de Vereança*. Porto Alegre, 1805-1812. Manuscrito. Não Publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. Data 11/01/1806.

Mais tarde, em 19 de julho de 1811, o Arruador e Encarregado dos prédios urbanos desta Vila passa a ser Anselmo Dias Mendes Lisboa<sup>2</sup>. Os Vereadores eram os executores das tarefas nas administrações municipais, e suas corporações foram revitalizadas com a Lei de 29 de agosto de 1828, que deu nova feição a elas. Esta lei estabeleceu regras para a construção das obras públicas, que tinham por objeto a navegação de rios, a abertura de canais, a edificação de estradas, de pontes, de calçadas e de aquedutos (BRASIL, 1878).

De acordo com o *Relatório do Presidente da Província de 1853*, em relação às Obras Públicas um dos primeiros elementos de sua organização se deram através da Lei n° 110 de 3 de dezembro de 1847, que criou os engenheiros de Comarca (SINIMBU, 1853).

No relatório de 1847<sup>3</sup>, de Manoel Antonio Galvão, há uma relação de empregados para as Obras Públicas, em que constam como Inspetores o Brigadeiro Graduado Lopo d'Almeida Henriques Botelho e Mello, o 1° Tenente José Maria Pereira de Campos, o 1° Tenente Luiz Manoel Martins da Silva e o 2° Tenente Luiz José da França e, ainda, o Engenheiro Civil João Martinho Buff.

Em 1849, pela Lei n° 163 de 11 de julho de 1849 foi autorizada à Presidência da Província “organizar por meio de um regulamento esta útil instituição” (SINIMBU, 1853), a ‘Directoria de Obras Públicas’. Esta regulamentação foi feita na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, em 1849, pelo Tenente General Francisco Joze de Souza Soares de Andrea, então Presidente desta Província que nomeou, para trabalhar na ‘Directoria de Obras Públicas’ como Engenheiro civil George, Felipe Carlos Theodoro Normann e como desenhador, Raimundo Alves da Motta (ANDREA, 1849).

Conforme o regulamento, esta ‘Directoria de Obras Públicas’ tem por missão, entre outras, levantar a Planta de todas as Cidades, Vilas, Freguesias e Povoações da Província, fazer as medições dos terrenos dentro dos limites das povoações, dar às Câmaras os projetos para a fachada das casas que fizerem frente às ruas, etc. É nesta instituição que as certidões de posse e/ou Títulos de Concessão foram fornecidos e, portanto, esta Planta da Cidade de Porto Alegre deve ter sido produzida.

Nos documentos referentes à ‘*Construção e Melhoramentos do Municipio de 1853 a 1900*’, existente no Arquivo Histórico Moysés Vellinho, podem-se encontrar vários documentos solicitando e concedendo terrenos para cidadãos. Por exemplo, em 01 de setembro de 1858, há um “requerimento de Domingos Joze Lopes à Câmara, solicitando, por aforamento, terrenos na Rua da Praia do Arsenal, junto ao Curral da Passagem” (COSTA, 1988, p.51).

Em 27 de abril de 1859, encontra-se “ofício de João Ferreira Porto e outros requerendo ao Presidente da Província a concessão, por aforamento, de uma extensão de terrenos na Rua do Caminho Novo (COSTA, 1988, p.52).

---

<sup>2</sup> PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Atas de Vereança*. Porto Alegre, 1805-1812. Manuscrito. Não Publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. Data 19/07/1811.

<sup>3</sup> GALVÃO, Manoel Antonio. *Relatório do Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul o Senador Conselheiro Manoel Antonio Galvão na abertura da Assembléa Provincial em 05 de Outubro de 1847*. Porto Alegre: Typographia do ARGOS, 1847. Disponível em: <[http://www.seplag.rs.gov.br/download.asp?nomeArq=1847\\_Manoel\\_Antonio\\_Galvao.pdf](http://www.seplag.rs.gov.br/download.asp?nomeArq=1847_Manoel_Antonio_Galvao.pdf)>. Acesso em: 12 abr. 2009.

Em 08 de junho de 1860, pode-se ler um “ofício do Procurador da Câmara Antonio Augusto Guimarães informando sobre terrenos aforados pela Câmara e encaminhando relação das pessoas que não efetuaram os pagamentos” (COSTA, 1988, p.54).

Os pedidos, por vezes se referiam a doação de terrenos como mostra o ofício do Barão de Porto Alegre, de 25 de julho de 1860, ao “Presidente da Câmara Cassiano Pacheco de Assis, solicitando informações sobre como conseguir, por doação ou aforamento, dois terrenos no Caminho Novo” (COSTA, 1988, p.54).

O aforamento de terrenos podia ser perpétuo, como o mostra o ofício de 18 de novembro de 1869, do Vereador Inspetor do 2º distrito Francisco Olinto de Carvalho à Câmara, “favorável ao requerimento de José Mendes Ribeiro Guimarães e Camillo José Mendes Ribeiro que pedem, por aforamento perpétuo, terrenos fronteiros à Chácara que possuem no Cristal” (COSTA, 1988, p.78).

Nestes documentos pode-se encontrar, inclusive, certidões de posse como o “título de concessão a Manoel da Silva Ferreira Costa, de aforamento perpétuo de um terreno, situado entre os terrenos concedidos a José Antonio da Silva Veiga e Luiz Cardoso de Salles fornecido em 20 de junho de 1866” (COSTA, 1988, p.67).

Contendo duas plantas temos um ofício, datado de 28 de outubro de 1875, com parecer dos membros da Comissão do Contencioso João Rodrigues Fagundes e Luiz da Silva Flores Filho, sobre o terreno devoluto reivindicado por Joaquim Antonio Maria dos Santos, na Rua Duque de Caxias” (COSTA, 1988, p.119). Essas plantas, no entanto, não possuem selos fiscais.

## **Da história da Planta de 1872**

A “Planta da Cidade de Porto Alegre”, aparentemente de 1872 é uma planta manuscrita, bicromática, em uma folha de papel de 71 x 70 cm. Ela não contém a assinatura ou a designação de seu cartógrafo.

A data de ‘7 de janeiro de 1872’, que aparece no mapa, não faz parte do título: está colocada na parte inferior direita da Planta, escrita de forma manual, com letra cursiva, sobre o desenho do que aparenta ser um selo fiscal do Império (fig.3).

De acordo com o CD<sup>4</sup> que contém uma versão digitalizada desta planta (fig.1), o original da mesma encontrava-se no Arquivo Histórico Moysés Vellinho. No entanto, o que existe no Arquivo Histórico é uma cópia heliográfica, não sendo, portanto, o original. Tanto a versão digitalizada, quanto a cópia heliográfica contém uma inscrição: ‘Acervo Histórico da S.M.O.V. – Setor de Mapoteca’. Neste local, aliás, encontra-se esta planta desenhada em papel vegetal. A Planta existente na SMOV (Secretaria Municipal de Obras e Viação) é o atual original que, na verdade, é um semi-original (fig.4).

---

<sup>4</sup> INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre*. Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.

A planta existente na SMOV deve ser a cópia do mapa original que se encontra perdido. O motivo que leva a essa conclusão é o desenho do selo fiscal, como se fosse uma cópia de um mapa que continha um selo fiscal. Observando o desenho desse selo, pode-se ver que se trata de um selo retangular onde está escrito 'Império do Brasil -200 réis - sello' e contendo o desenho do rosto de alguém com barba (fig.5).

Entre os selos fiscais do Império, pode-se encontrar um selo muito parecido com o representado no desenho, em que podemos reconhecer a efigie de D. Pedro II, de barba, e que existe com o valor de 200 réis (fig.6). Segundo informações de RHM Filatelistas (2010), este selo fiscal foi emitido em maio de 1869, produzido pelo *American Bank Note de New York*.

Um selo fiscal num mapa não é um elemento muito comum, e sua conjugação com as inscrições de 'Concedido a...' remete à idéia de que, mais do que um mapa, este é um documento que demonstra espacialmente a concessão, a um cidadão, de terrenos em determinada região da cidade.

As duas inscrições de concessão são: 'Concedida ao Dr. F: A.<sup>io</sup> Per<sup>ra</sup>. Rocha' e 'Concedido t aio J<sup>oão</sup>. Rocha', mas elas estão relacionadas a apenas um símbolo, a letra A. Em virtude de documento de 09 de junho de 1863, que consta também do acervo existente no Arquivo Histórico Moysés Vellinho, pode-se dizer que se trata de Francisco Antonio Pereira da Rocha. Trata-se da cópia de um ofício do "Presidente da Província, Esperidião Eloy de Barros Pimentel à Câmara, ratificando a concessão por aforamento perpétuo, a Francisco Antonio Pereira da Rocha, de terreno na beira do Rio, ao sul da Cadeia, esquina da Rua do Riacho" (COSTA, 1988, p.61). De acordo com este ofício,

tendo-se já pela Thesouraria da Fazenda passado em 31 de março deste anno o competente título assinado por esta Presidência pelo qual se concedeo por aforamento perpétuo ao Dr. Francisco Antonio Pereira da Rocha o terreno Beira-rio existente ao sul da Cadea Civil e a começar da esquina da Rua do Riacho com 900 palmos de frente que o mesmo Dr. Requereo, e o meu antecessor favoravelmente deferiu a sua petição por despacho de 4 de outubro de 1862, não pode ser atendida a reclamação que fez essa Câmara em ofício n° 12 de 6 de maio próximo findo pedindo que seja anulado o referido título<sup>5</sup>.

Esperidião Eloy de Barros Pimentel foi Presidente da Província de 01 de janeiro de 1863 a 29 de março de 1864. Antes dele, no período de 18 de dezembro de 1862 a 01 de janeiro de 1863, esteve à frente da Província o vice-presidente Major Patrício Correia da Câmara e, de 16 de janeiro de 1862 a 18 de dezembro também de 1862, foi o Desembargador Francisco de Assis Pereira Rocha que esteve comandando a Província. Devido à data de o

---

<sup>5</sup> PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Construção e Melhoramentos do Município*. Porto Alegre, 1853 a 1900. Manuscrito. Não publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho. Caixa 9, 1863-1869 – 09/06/1863.

despacho ser 4 de outubro de 1862<sup>6</sup>, quem deferiu a petição foi o Desembargador Francisco de Assis Pereira Rocha. Chama a atenção que quem concedeu os terrenos e quem foi o beneficiário têm nomes bastante semelhantes.

Francisco Antonio Pereira da Rocha, a quem foi concedida a área de 900 palmos (198 metros) na Praia do Riacho, teria vindo da Bahia para o Rio Grande do Sul. Em 1861, devido à necessidade de abastecimento de água potável em Porto Alegre, fez-se necessária uma pessoa habilitada na função. Com esse intuito, veio “à Província o Dr. Francisco Antonio Pereira da Rocha, que já fora o concessionário e diretor da empresa de Queimado para igual abastecimento na Bahia, e por tanto com a vantagem da experiência em obras taes” (LEÃO, 1861, p.40), com o qual o Presidente da Província Joaquim Antão Fernandes Leão não hesitou em celebrar um contrato no dia 7 de setembro de 1861 para o fornecimento de água a Porto Alegre.

Em 23 de setembro de 1862, Francisco Antonio Pereira da Rocha transferiu o contrato através de escritura pública para a “Companhia Hydraulica-Porto-Alegrense, autorizada a funcionar por decreto de 07 de julho de 1862, que aprovou os respectivos estatutos” (PIMENTEL, 1863). Aparentemente, têm-se novamente notícias dele no Estado da Bahia, em 1871, onde o

Sr. Francisco Antonio Pereira da Rocha, importou um automóvel da Europa. Era uma maquina tremendamente pesada, barulhenta, a vapor, tinha cinco rodas, e muito grande, sendo este o primeiro automóvel a andar em território brasileiro, seu proprietário ficou muito conhecido e se tornou popular por apostar que aquele grande veículo subiria a Ladeira da Conceição da Praia e chegaria a Praça do Palácio, ganhando com facilidade esta aposta com dezenas de pessoas que tinham a opinião contraria a dele, este veiculo muitos anos depois foi para o Rio Grande do Sul, comprado por um grande fazendeiro<sup>7</sup>.

O ofício de ratificação feito por Esperidião Eloy de Barros Pimentel foi uma resposta a uma solicitação da Câmara de Vereadores que, em 05 de maio de 1863, pediu a Presidência da Província para que revogasse “uma concessão de terrenos, na Praia do Riacho, por prejudicar a comodidade pública e o aformoseamento da cidade” (TOSON, .2000, p.202).

Em 10 de junho de 1863, a Câmara de Vereadores recebe “Portaria da Presidência comunicando que não pode anular o título passado pelo seu antecessor, concedendo terrenos beira-rio a um cidadão, ao sul da Cadeia Civil (TOSON, .2000, p.203).

Em 11 de abril de 1866, os terrenos ainda estão na posse de Francisco Antonio Pereira da Rocha, pois um “ofício do Procurador da Câmara, João Baptista Pereira Salgado à mesma, informa da necessidade de medir os

---

<sup>6</sup> PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Construção e Melhoramentos do Município*. Porto Alegre, 1853 a 1900. Manuscrito. Não publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho. Caixa 9, 1863-1869 – 09/06/1863.

<sup>7</sup> NEGÓCIOS ANTIGOS, CONSULTORIA E ASSESSORIA. São Paulo, 2009 Disponível em: <<http://www.negociosantigos.com.br/departamento.aspx?id=45>>. Acesso em: 13 jan. 2010.



terrenos que foram solicitados para tombamento, começando pelo de Francisco Antônio Pereira da Rocha, até o concedido à Câmara, para logradouro público” (COSTA, 1988, p.67).

Em 20 de abril de 1866 um ofício do Presidente da Câmara, José Pinto da Fonseca Guimarães ao Engenheiro Frederico Heydtmann, ordena “a medição dos terrenos concedidos pela Presidência da Província para logradouro público, no litoral do Riacho” (COSTA, 1988, p.67).

Em 26 de maio de 1875, temos uma nova menção ao terreno pertencente a Francisco Antonio Pereira da Rocha, quando, finalmente, o terreno de marinha concedido a Câmara, que começa junto ao terreno concedido a ele é tombado, conforme documentos que constam do acervo existente no Arquivo Histórico Moysés Vellinho<sup>8</sup>.

A localização dos terrenos de Francisco Antonio Pereira da Rocha poderia ser, considerando esta planta, o local da letra A (fig.7) que começa, segundo o documento de 9 de junho de 1963, na Rua do Riacho (isto pode explicar o porque no documento a Rua da Varzinha ter sido chamada de Rua do Riacho e o fato de que, por isso, existem duas Ruas do Riacho).

Esta localização é referida por Franco (2006, p.432-433) nos seguintes termos:

o município resistiu como pôde as tentativas de privatização dos terrenos junto ao rio, no lado sul da rua. (...) Entretanto, os presidentes da Província foram menos sensíveis e cautelosos que os vereadores: no próprio ano de 1863, um certo Doutor Francisco Pereira da Rocha obteve o aforamento de 90 braças de terreno junto ao rio, apesar dos protestos da Câmara. E, pouco depois, a companhia que instalou o gasômetro, para produzir o gás de iluminação, também foi favorecida com a doação de um terreno contíguo ao anterior. Neste caso com a anuência dos vereadores”.

A Planta feita por Manoel Correa da Silveira Netto (fig.8), chamada ‘Planta da parte do litoral compreendida entre o canto leste do recinto do gazometro até o canto sul dos terrenos que foram de Lopo Gonçalves Bastos levantada em 1875’, e a Planta de Porto Alegre de 1881, de Henrique Breton que mostra o gasômetro e uma concessão anterior de terrenos para logradouro público feita à Câmara, deixa perceber que os terrenos de Francisco Antonio Pereira da Rocha (fig.7) não seriam exatamente na zona da letra A e, sim, entre esta e a Cadeia (isto talvez explique as duas frases de concedido).

Essa concessão anterior de terrenos para logradouro público feita à Câmara pode ser lida na ata de 31/07/1824, segundo a qual “se recebeu um ofício do Exmo. Presidente desta Província com data de 26 do corrente, pelo qual no Augusto Nome de Sua Magestade Imperial concede a esta Câmara os terrenos vazios e devolutos que se acham bordando a margem no sitio com a antiga denominação d’Arsenal”.

E na Ata de 23/03/1831 se relata um ofício do Procurador da Câmara que comunica ter “intimado a medição judicial dos terrenos da marinha do Arsenal, divididas em sete autos, os quais apresentava, por serem outras

---

<sup>8</sup> PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Construção e Melhoramentos do Município*. Porto Alegre, 1853 a 1900. Manuscrito. Não publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho. Caixa 11 (1873 a 1876), 26/05/1875.

tantas as quadras que correspondem ao todo do terreno, desde a desembocadura da Rua Formosa até as casas de José Antônio de Araújo Ribeiro”. A Rua Formosa corresponde à atual Rua Duque de Caxias e as casas de José Antonio de Araújo Ribeiro se localizavam onde temos atualmente a Travessa Araújo Ribeiro (fig.7).

## **Do desenho da Planta de 1872**

Nesta planta, além do título, dos nomes de ruas, de praças e de espaços públicos, aparece em termos de elementos escritos a data – escrita de forma manuscrita sobre um selo –, a indicação de escala 1:10.000 em conjunto com uma escala gráfica, as duas frases de concedido e as letras A e B.

Como já foi mencionado a letra A está colocada junto às frases de concessão, no entanto a existência da letra B é um mistério, ela também aponta uma região de terrenos de marinha, mas não se encontra nenhuma explicação do porque ou para quem essa área teria sido destinada. Num certo sentido, pode-se dizer que esta planta se resume ao mapa propriamente dito da cidade.

Na planta de 1872 não existem legendas colocadas em um espaço especial - os cartuchos. Temos apenas os nomes de algumas ruas, de alguns espaços públicos e praças escritos no próprio desenho do mapa. O mais próximo de legenda são as duas letras A e B, mas não há nenhuma ‘tradução’ para as mesmas. A letra A está desenhada junto à parte sul da península, dentro do Guaíba e dentro de umas formas desenhadas com linhas tracejadas, uma espécie de indicação, talvez, de zonas de aterro. Próximo a esta letra estão duas frases: ‘Concedida ao Dr. F. A.<sup>io</sup> Per<sup>ra</sup>. Rocha’ e ‘Concedido t aio J<sup>oão</sup>. Rocha’. Junto à letra B não há nenhuma indicação.

Esta é, portanto, uma planta bastante simplificada. Nela só se encontram poucas coisas desenhadas. Para demarcar a fronteira entre o que é terra e o que é o Guaíba, foi desenhada uma linha mais espessa. Numa linha mais fina, tem-se o traçado das quadras e ruas.

A planta está desenhada com o Norte para cima, mas não há nem uma seta e nem uma rosa dos ventos que faça essa indicação.

Temos uma escala gráfica desenhada na parte inferior de 0 a 1000 metros, e uma notação de que este desenho foi realizado na escala 1/10.000 metros.

O desenho desta planta é uma representação em duas dimensões da cidade de Porto Alegre. As quadras e as ruas estão demarcadas por traços que configuram as suas formas e as direções das ruas. Mas não há, na maior parte das quadras, nenhuma indicação da maioria dos elementos construídos. Apenas algumas construções estão destacadas pelo desenho de sua forma geométrica e pintadas de preto, mas nem todas possuem a indicação do que são, do que representam.



Os edifícios desenhados e que têm a indicação de sua função escrita junto ao mesmo são: a Cadeia Civil, a Alfândega, o Theatro, e a Igreja junto a Praça Conceição, da qual só é dito Igreja. O Mercado também está nominado, mas ele não está destacado em preto. Por último, tem-se nominados dois chafarizes, um junto a Praça da Harmonia e o outro junto ao Riacho.

Além destes prédios que estão nominados, os outros elementos destacados em preto e não nominados são edificações que se destacam em termos funcionais na cidade. Entre eles, pode-se identificar a Santa Casa de Misericórdia, o Quartel do 8º, o Arsenal de Guerra, a Igreja Matriz, a Capela do Espírito Santo, o Palácio do Governo e a Assembléia Provincial.

Em relação às praças da cidade estão nominadas a da Alfândega, a D. Pedro II, a da Independência, a da Harmonia, a da Misericórdia e a da Conceição. Outro espaço aberto nominado é a Várzea.

Nesta planta, uma linha tracejada chama a atenção: trata-se de uma linha que sai do Riacho, paralela a atual Rua da Republica até a Várzea, contorna a Várzea pelas atuais João Pessoa, Praça Argentina e Osvaldo Aranha, subindo até a Independência, paralelamente a antiga Rua da Conceição e terminando no Guaíba (fig.9). Na versão do CD e na cópia heliográfica no Arquivo Moysés Vellinho, há uma inscrição mais recente nomeando esta linha como sendo o local por onde teria passado a muralha. Mas, embora para o lado sul da península esta linha passe bastante próxima do local da muralha indicada na planta de 1839, no lado norte, começando junto a Várzea, ela se afasta bastante do traçado. Ela pode estar indicando os limites, pois, a não ser pelo traçado na Várzea, está bastante próxima do que diz o *Código de Posturas* de 1829:

Limita-se esta cidade de Porto Alegre pela rua transversa que vai do Caminho Novo aos primeiros Moinhos de Vento que são hoje pertencentes a Antonio Martins Barbosa, até o meio da largura da Estrada Geral Imediata e desta em linha reta até a embocadura da Rua da Olaria pela frente da Chácara do Sargento-mor João Luiz Teixeira e da mesma embocadura em linha recta até o Riacho seguindo por ele até a sua desembocadura.<sup>9</sup>

A localização dos moinhos pertencentes a Antonio Martins Barbosa pode ser vista na Planta de 1839. Eles ficavam um pouco além do local onde, nesta planta, está localizada a Praça da Conceição, em frente ao Beco do Barbosa (atual Rua Dr. Barros Cassal), que é a rua transversa mencionada. A Estrada Geral Imediata seria o caminho que passava ao longo da Várzea; a Rua da Olaria (atual Rua Lima e Silva) é a que fica no meio, entre a Várzea e a rua denominada, neste mapa, de Rua do Chafariz. A Chácara do Sargento-mor João Luiz Teixeira, não se conseguiu saber a sua localização. Seu nome não consta de outras plantas. Fala-se nos limites da embocadura da Rua da Olaria, portanto do seu começo, junto à atual Rua Coronel Genuíno.

Poucas ruas estão nominadas, da ponta da Península até a Praça D. Pedro II apenas as que são paralelas à Rua dos Andradas: começando pelo aterro do lado Norte temos a Rua da Alfândega ou Sete de Setembro, a

---

<sup>9</sup> PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Código de Posturas*. Porto Alegre, 1829. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

Rua dos Andradas, a Rua da Ponte, a Rua da Igreja, a Rua do Arvoredo e as duas seguintes foram nominadas como Rua do Riacho, sendo que uma delas, a que não margeia o Guaíba, chamava-se naquele tempo Rua da Varzinha (atual Rua Demétrio Ribeiro). Paralela a essas ruas, temos ainda nominadas duas ruas, uma no lado norte na continuação da Rua Sete de Setembro, nesta planta denominada Rua do Caminho Novo ou dos Voluntários da Pátria; e na parte sul, junto ao Riacho, a Rua do Chafariz.

Perpendicular a estas ruas, só tem 4 ruas nominadas e todas além da Praça D. Pedro II para o lado da Várzea, começando com a Rua de Bragança, seguida pela Rua do Rosário, pela Rua de Santa Catharina e, por último, a Rua do Sr. Dos Passos.

A área mostrada é similar a da planta de 1844, sendo que a diferença entre elas é o fato desta planta indicar a Praça da Conceição, mostrar o quadrado da Igreja junto à mesma e mostrar um pouco mais a área da Várzea. Há também o fato de haver mais áreas de aterro, pois a Rua Sete de Setembro aparece constituída e, na ponta da 'península', está inserida a cadeia. Neste último aspecto (aterros e cadeia), é mais semelhante à Planta de 1868.

Não há nenhuma indicação de curva de nível ou qualquer outra representação que indique a topografia da cidade.

No desenho desta planta também não há a representação da vegetação. A única coisa mais próxima de vegetação são os círculos desenhados na Praça da Harmonia, que devem ser árvores existentes na mesma.

No Guaíba, a zona de porto é indicada pelo desenho de 4 pequenas âncoras. O Riacho, em sua desembocadura, tem uma seta indicativa do sentido do movimento de suas águas.

No mapa, a escala aparece de duas formas, uma gráfica e outra como notação (1/10.000). Uma novidade desta planta é que a escala utilizada é uma escala métrica decimal. Não é mais braça, palmos ou léguas.

Este sistema começou na França, proposto pela Academia Francesa em 1791 e legalizado neste país em 1801. No Brasil, o sistema métrico foi legalmente introduzido em 26 de junho de 1862 pela Lei nº 1.157, mas houve demora na sua total aplicação. Em 1875, numa Convenção Internacional realizada em Paris, "houve a adoção do sistema métrico decimal, como padrão internacional de medidas, da qual Portugal e Brasil participam e fazem parte do grupo de dezessete países signatários do acordo" (SANTOS, 2007, p.71).

Como se pode ver, este mapa omite várias coisas: a topografia do sítio de Porto Alegre, a vegetação e grande parte dos elementos construídos. Em virtude da presença de vários prédios destacados, a omissão do atual Mercado Público se torna bastante importante, devido ao fato do mesmo ter sido concluído em 1869.

Em relação a sua divulgação, considerando que o original está perdido (seria um mapa manuscrito), o que temos é um exemplar, um semi-original em vegetal, na Mapoteca da SMOV, e uma cópia heliográfica no Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. Do que se sabe, ele só foi reproduzido numa cópia digital, no CD Cartografia Virtual Histórica-Urbana de Porto Alegre do IHGRS, feito em 2005.

## **Das leituras do mapa**

Este mapa por ser um documento que apresenta, de forma espacial, as terras concedidas ao Dr. Francisco Antonio Pereira da Rocha, é um mapa bastante simplificado. Seu original, que se encontra perdido, seria uma planta manuscrita, provavelmente um exemplar para o proprietário e, talvez, uma cópia para o registro junto a Câmara.

Há, nesta planta, uma contradição que se explica pelo fato de ser um documento. Essa contradição diz respeito à data de feitura desta planta. Apesar do selo com a data escrita a mão – Porto Alegre 7 de janeiro de 1872 – pode-se pensar que esta planta é anterior à planta de 1868.

Uma hipótese é que esta planta tenha sido feita por volta de 1864, e o que leva a afirmar isso é a ausência do atual Mercado Público. A construção do atual Mercado começou em 1865 e foi terminada em 03 de outubro de 1869, sendo que ele foi entregue ao público em 1870. Desse modo, não se pode conceber que o mercado não esteja presente em uma planta datada de 1872, ainda mais devido ao fato de que ele já aparecia na Planta de 1868.

Esta questão se torna mais problemática pelo fato de que o Mercado que aparece na planta de 1872, no mapa de 1868 constava como 'Mercado a ser demolido'. Ainda mais: sabe-se que o velho mercado já não existia fisicamente em 1870, pois em 20 de outubro desse ano os vereadores “suspendem a sessão e decidem ir ao local do Mercado velho para recolher a pedra fundamental daquele prédio que foi demolido” (GANDOLFI, 2000, p.141). Além disso, no mapa de 1868, a zona de aterro da região do mercado é bem maior do que a desenhada neste mapa.

Mas, se considerarmos que a data do mapa seja por volta de 1864, como fica a questão do selo cuja primeira edição é de 1869? Tudo isto talvez tenha a ver com a história da concessão do terreno a Francisco Antonio Pereira da Rocha. Tendo recebido a concessão em outubro de 1862, e a mesma tendo sido ratificada em 1863, surge o pedido da Câmara de terrenos na mesma região e que, para o tombamento dos mesmos como pertencentes a ela, era necessário que se fizesse a medição. O tombamento desse terreno só foi concluído em 1875. Provavelmente, a planta de concessão do terreno concedido por aforamento perpétuo já existia, e em virtude das medições feitas entre 1866 e 1875, e do tombamento dos terrenos da Câmara em 3 de setembro de 1872, um novo documento, com a planta já existente, foi emitido, para assegurar a posse de Francisco Antonio Pereira Rocha.

O mapa de 1872, sendo um documento que fala do registro de terras, da questão da propriedade e marginalmente dos limites da cidade, faz pensar no livro de Daniel Lord Smail – *Imaginary Cartographies: Possession and Identity in late medieval Marseille*. Este livro fala de um outro tempo, onde “não havia uma cartografia universal como a atual” (SMAIL, 2000, p.xi). Ele trata da cidade de Marselha na Idade Média Tardia, onde “algumas formas universalizadoras estavam em movimento nas praticas cartográficas dos notários públicos e dos oficiais senhoriais” (SMAIL, 2000, p.xi-xii).

Como bem coloca Smail (2000,p.xii) “o livro é também a história da ‘burocracia de arquivar dados’ e as práticas que estavam em processo de refinamento nesta ciência cartográfica”. Para ele a ‘burocracia de arquivar dados’ diz respeito “as instituições das esferas de atividades dentro das instituições que mantêm rastro das pessoas, propriedades de terras e outras possessões, e ao fazer isso necessariamente criam, formam, classificam e gravam convenções ou configurações de identidade” (SMAIL, 2000, p.xii).

Um aspecto que chama a atenção nestas ‘Cartografias Imaginárias’ de Marselha é uma das formas citadas por Smail (2000, p.7) de identificação de propriedade: “Isnart Draguet que em março de 1350 adquiriu uma casa na rua de Cavalhon ‘debaixo da casa de Isnart Beroart’”. Como o próprio autor aponta: “uma forma intrigante de mapear o espaço” (SMAIL, 2000, p.7). Ora, essa forma de cartografar, através do “uso desse tipo de endereço”, era “preciso pelos padrões de um tempo que tinha alguns nomes de casas, mas não números de casas” (SMAIL, 2000, p.7).

O mapa de 1872 mapeia uma propriedade e os limites urbanos da cidade naquele período. A forma como o faz e, particularmente, como o limite urbano da cidade de Porto Alegre é expresso, fazendo referência aos ‘Moinhos do Barbosa’ e à ‘chácara do Sargento-mor João Luiz Teixeira’, colocam esse mapa num limiar entre o mundo cartorial e o mundo cartográfico. Importa dizer que:

na linguagem cartográfica vernacular a cidade era feita de gente e dos pontos de referência que preenchiam as suas consciências. Isto sendo assim pode-se apreciar porque os homens, mulheres e crianças cujos itinerários diários animavam as ruas da Marselha Medieval usavam ambos, pessoas e pontos de referência em suas convenções navegacionais(SMAIL, 2000, p.14).

E não se pode esquecer que em Porto Alegre, em 1872, mapas eram privilégio de muito pouca gente.

## **BIBLIOGRAFIA**

- ANDREA, Joze de Souza Soares de. *Relatório do Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul Tenente General Francisco Joze de Souza Soares de Andrea na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 1º de junho de 1849*. Porto Alegre: Typographia do Porto-Alegrense,1849. Disponível em: <<http://www.seplag.rs.gov.br>>. Acesso em: 20 ago. 2009.
- BRASIL. *Colecção das Leis do Império do Brasil de 1828*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878. v. 1. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-K.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2009.

- COSTA, Gilda Ferrari M. da *et al.* (Org.). *Anais do Arquivo Histórico do Município de Porto Alegre*. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1988. v. 3.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. 4. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2006.
- GALVÃO, Manoel Antonio. *Relatório do Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul o Senador Conselheiro Manoel Antonio Galvão na abertura da Assembléa Provincial em 05 de Outubro de 1847*. Porto Alegre: Typographia do ARGOS, 1847. Disponível em: <[http://www.seplag.rs.gov.br/download.asp?nomeArq=1847\\_Manoel\\_Antonio\\_Galvao.pdf](http://www.seplag.rs.gov.br/download.asp?nomeArq=1847_Manoel_Antonio_Galvao.pdf)>. Acesso em: 12 abr. 2009.
- GANDOLFI, Mara Regina *et al.* (Org.). *Catálogo das Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, 1866-1875*. v. 11. Porto Alegre: Unidade Editorial, Secretaria Municipal de Cultura, 2000.
- INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre*. Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.
- LEÃO, Joaquim Antão Fernandes. *Relatório com que o Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão entregou a Presidência da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao Commendador Patrício Correa da Camara, em 1861*. Porto Alegre: Typografia do Jornal – A Ordem, 1861. Disponível em: <[http://www.seplag.rs.gov.br/uploads/1861\\_Joaquim\\_Antao\\_Fernandes\\_Leao.pdf](http://www.seplag.rs.gov.br/uploads/1861_Joaquim_Antao_Fernandes_Leao.pdf)> Acesso em 20 ago. 2009. p.40.
- NEGÓCIOS ANTIGOS, CONSULTORIA E ASSESSORIA. São Paulo, 2009 Disponível em: <<http://www.negociosantigos.com.br/departamento.aspx?id=45>>. Acesso em: 13 jan. 2010.
- PIMENTEL, Esperidião Eloy de Barros. *Relatório apresentado pelo Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul Dr. Esperidião Eloy de Barros Pimentel na 2ª Sessão da 10ª Legislatura da Assembléa Provincial em 1º de março de 1863*. Porto Alegre: Typografia do Correio do Sul, 1863. Disponível em: <<http://www.seplag.rs.gov.br/>> Acesso em 20 ago. 2009.
- PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Atas de Vereança*. Porto Alegre, 1805-1812. Manuscrito. Não Publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. Data 19/07/1811
- PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Código de Posturas*. Porto Alegre, 1829. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.
- PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Construção e Melhoramentos do Município*. Porto Alegre, 1853 a 1900. Manuscrito. Não publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho. Caixa 9, 1863-1869 – 09/06/1863.
- PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Construção e Melhoramentos do Município*. Porto Alegre, 1853 a 1900. Manuscrito. Não publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho. Caixa 11 (1873 a 1876), 26/05/1875.
- RHM FILATELISTAS. São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.oselo.com.br/>>. Acesso em: 02 mar. 2010.

- SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. Técnicas e Elementos da Cartografia da América Portuguesa e do Brasil Império. In: COSTA, Antônio Gilberto. (Org.) *Roteiro Prático de Cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- SINIMBU, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu. *Relatório do Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 6 de outubro de 1853*. Porto Alegre: Typographia do Mercantil, 1853. Disponível em: <<http://www.seplag.rs.gov.br/>>. Acesso em 20 ago. 2009.
- SMAIL, Daniel Lord. *Imaginary Cartographies: possession and identity in Late Medieval Marseille*. London: Cornell University Press, 2000.
- TOSON, Berenice Ana et al. (Org.) *Anais do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho*. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1994. v.6.
- TOSON, Berenice Ana (Org.) *Catálogo das Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, 1856-1865*. Porto Alegre: Unidade Editorial, Secretaria Municipal de Cultura, 2000. v. 10.

## FONTE DAS ILUSTRAÇÕES

- Fig. 1 Planta de Porto Alegre de 1872 (versão digitalizada). Acervo do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre*. Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.
- Fig. 2 Inscrições. Detalhe da Planta de Porto Alegre de 1872 (versão digitalizada). Acervo do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre*. Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.
- Fig. 3 'Carimbo da Diretoria de Obras Públicas'. Detalhe da 'Planta de Parte da Cidade de Porto Alegre' por L. P. Dias de 1853. Acervo do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. Foto de Daniela Marzola Fialho.
- Fig. 4 'Planta de terreno na Rua Duque de Caxias'. In: PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Construção e Melhoramentos do Município*. Porto Alegre, 1853 a 1900. Manuscrito. Não publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho. Anexo ao ofício de 28/10/1875. Foto de Daniela Marzola Fialho.
- Fig. 5 'Planta de terreno na Rua Duque de Caxias (2)'. In: PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. *Construção e Melhoramentos do Município*. Porto Alegre, 1853 a 1900. Manuscrito. Não publicado. Disponível em: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho. Anexo ao ofício de 28/10/1875. Foto de Daniela Marzola Fialho.



- Fig. 6 Esquema da Planta da cidade de Porto Alegre, 1872. Elaborado por Daniela Marzola Fialho
- Fig. 7 'Planta da cidade de Porto Alegre', anônimo, 1872. Manuscrito em papel vegetal. Acervo da Mapoteca da SMOV – Secretaria de Obras e Viação de Porto Alegre. Fotografia de Daniela M. Fialho.
- Fig. 8 'Desenho do selo no mapa'. Detalhe da Planta de Porto Alegre de 1872 (versão digitalizada). Acervo do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre*. Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.
- Fig. 9 Selo Fiscal do Império, de 1868 com a efígie de D. Pedro II. In: RHM FILATELISTAS. São Paulo, 2010. Disponível em: Disponível em: [http://www.oselo.com.br/product\\_info.php?cPath=153\\_901&products\\_id=2233](http://www.oselo.com.br/product_info.php?cPath=153_901&products_id=2233). Acesso em: 03 jan. 2010.
- Fig. 10 Esquema da localização do terreno de Antonio Pereira da Rocha, com a localização dos elementos da planta de Manoel Correa S. Netto, do gazometro e das casas de Araujo Ribeiro – Elaborado por Daniela M. Fialho sobre Planta de Porto Alegre de 1872 (versão digitalizada). Acervo do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre*. Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.
- Fig. 11 'Planta da parte do litoral compreendida...' de Manoel Correa da Silveira Netto, 1875. Acervo do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre*. Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.
- Fig. 12 Escala da Planta da cidade de Porto Alegre, 1872. Detalhe da Planta de Porto Alegre de 1872 (versão digitalizada). Acervo do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre*. Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.
- Fig. 13 Linha tracejada. Detalhe da Planta de Porto Alegre de 1872 (versão digitalizada). Acervo do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre*. Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM. (destaque feito por Daniela M. Fialho)



Fig. 1 – Planta de Porto Alegre de 1872 (versão digitalizada)

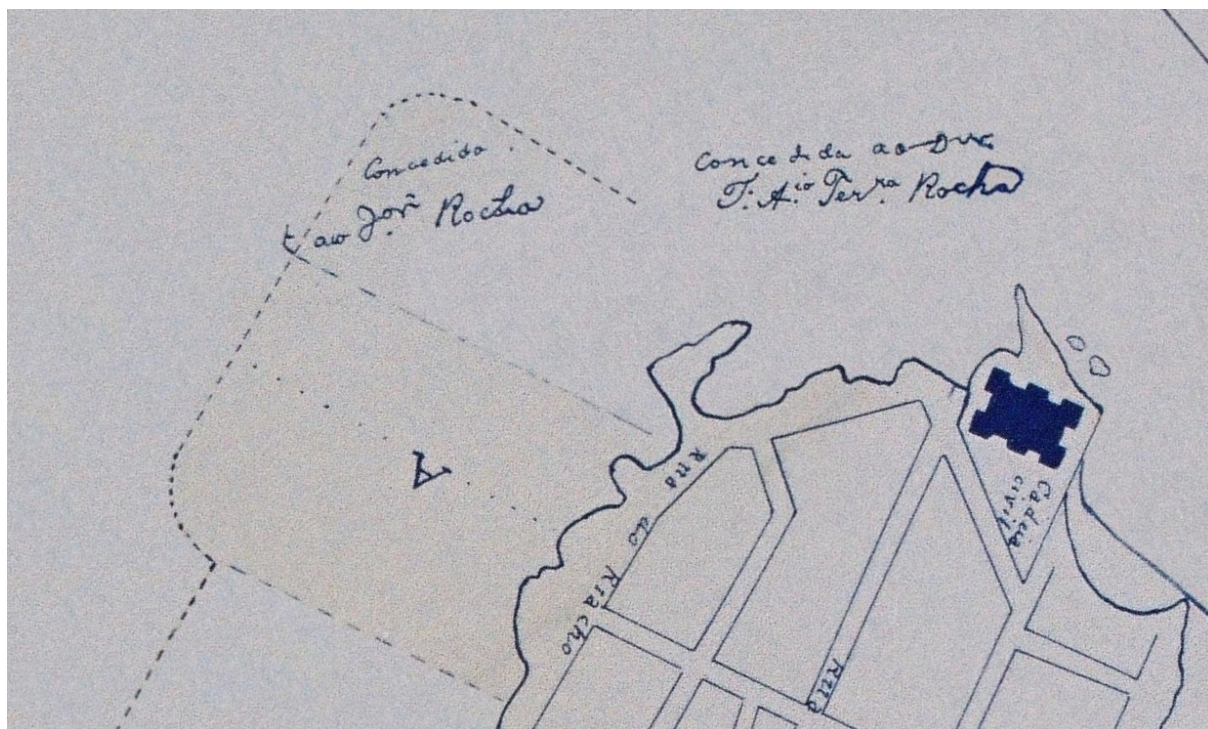


Fig. 2 – Inscrições

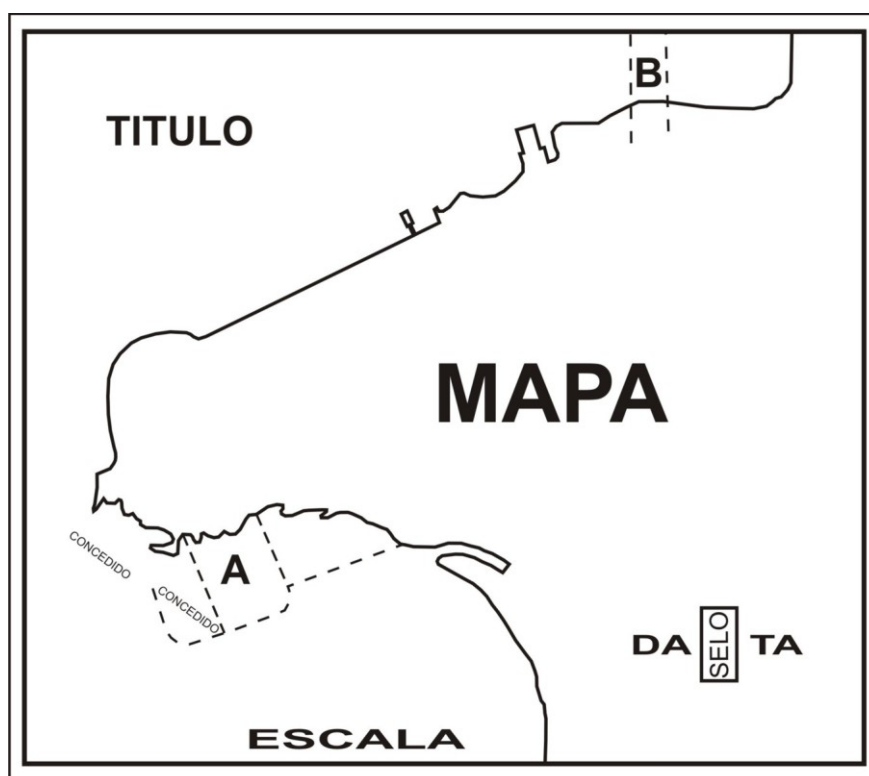


Fig. 3 – Esquema da Planta da cidade de Porto Alegre, 1872





Fig. 4 – Planta da cidade de Porto Alegre, 1872 (papel vegetal - SMOV)

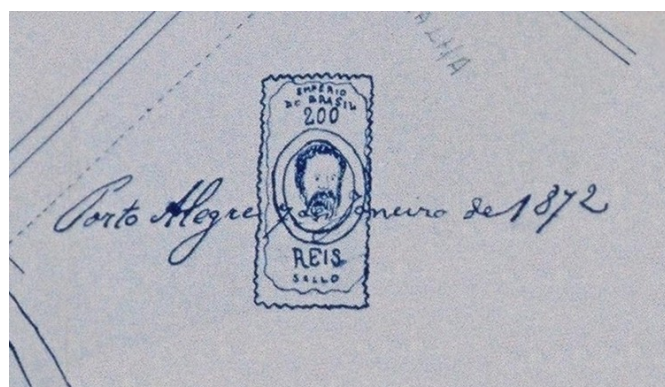


Fig.5 – Desenho do selo no mapa



Fig.6 – Selo Fiscal do Império



Fig. 7 – Esquema da localização do terreno de Antonio Pereira da Rocha, com a localização dos elementos da planta de Manoel Correa S. Netto, do gasômetro e da região das casas de Araújo Ribeiro

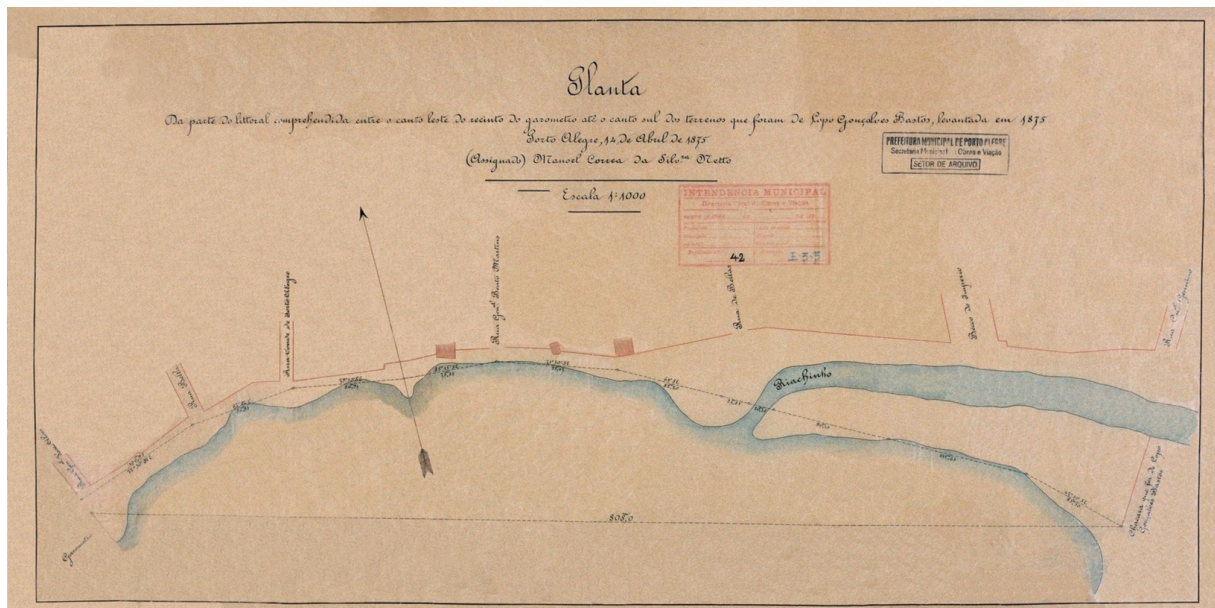


Fig. 8 – Planta de Manoel Correa da Silveira Netto





Fig. 9 – Linha tracejada